

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAFAELLA RODRIGUES DOS SANTOS FERREIRA

**LEITURA NA EJA: (RE)CONSTRUINDO RELAÇÕES COM O MUNDO
SOCIAL**

Goiânia
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Rafaella Rodrigues dos Santos Ferreira

Título do trabalho: Leitura na EJA: (re)construindo relações com o mundo social

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Maria Jorge Viana, Professora do Magistério Superior**, em 04/04/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELLA RODRIGUES DOS SANTOS FERREIRA, Discente**, em 04/04/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2801910** e o código CRC **29DA2F5E**.

RAFAELLA RODRIGUES DOS SANTOS FERREIRA

**LEITURA NA EJA: (RE)CONSTRUINDO RELAÇÕES COM O MUNDO
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Psicologia da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana

Goiânia
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira, Rafaella Rodrigues dos Santos
Leitura na EJA [manuscrito] : (re)construindo relações com o mundo social / Rafaella Rodrigues dos Santos Ferreira. - 2022.
46 f.

Orientador: Profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2022.
Bibliografia.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Leitura. 3. Leitura de mundo. 4. Paulo Freire. 5. Pertencimento social. I. Viana, Cynthia Maria Jorge, orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Leitura na EJA: (re)construindo relações com o mundo social”, de autoria de Rafaella Rodrigues dos Santos Ferreira, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana - orientadora (Faculdade de Educação / UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: profa. Dra. Fabiane Lopes de Oliveira (Faculdade de Educação / UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 (dez), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Maria Jorge Viana, Professora do Magistério Superior**, em 01/04/2022, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Lopes De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 01/04/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELLA RODRIGUES DOS SANTOS FERREIRA, Discente**, em 04/04/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2801909** e o código CRC **253A47A1**.

Com amor, a Paulo Luís, *in memoriam*, e Joana
Rodrigues, meus pais, por terem me ensinado a
viver.
À minha filha Isabella, por ser a minha vida.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por tudo.

Ao **meu amado pai**, que está no céu festejando essa minha conquista. “Pai, eu sei de cada palavra que o senhor me diria nesse dia, pois as tenho escutado com a voz do coração. Te amarei para sempre. Muito obrigada por tudo!”

A **minha amada mãe**, pois sem ela não seria possível concluir o curso. Te amo. Gratidão.

A **minha amada filha**, que mesmo tão pequena se fez minha fortaleza nos momentos mais difíceis.

Ao **meu esposo**, por me apoiar e se dedicar aos meus sonhos.

A **minha amada família**, em especial, meus irmãos, cunhadas, sobrinhos e madrasta.

A **minha orientadora**, Cynthia Maria Jorge Viana, por ter sido fundamental nessa minha caminhada, demonstrando competência nas orientações, com dedicação e incentivo.

A **professora Fabiane Lopes de Oliveira**, por ter aceitado o convite para compor a banca, bem como por discutir sobre o meu trabalho e pelas suas valorosas contribuições.

A **todos os/as professores/as da Faculdade de Educação/UFG**, que ao longo desses quatro anos de graduação contribuíram significativamente para a minha formação.

Muito obrigada a todos!

[...] não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito ao direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos, especialmente a respeito da importância da leitura, que pode proporcionar aos alunos (re)conexões de pertencimento ao mundo social. Trata-se de um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa, baseado em estudos relacionados a temática por meio de fontes teóricas como artigos científicos, textos acadêmicos e livros. As principais referências foram, dentre outras: Haddad e Di Pierro (2000), apresentando elementos sobre a história da EJA; Martins (1984), trazendo reflexões sobre o processo de aquisição da leitura e, Paulo Freire, principal teórico deste trabalho, contribuindo com a concepção de educação e a importância do ato de ler, por meio de suas obras: *A importância do ato de ler: três artigos que se completam* (2003) e *Pedagogia do Oprimido* (2018). No intuito de organizar as discussões a respeito da leitura na EJA, o trabalho divide-se em dois capítulos. No primeiro capítulo, contextualizou-se a constituição histórica e as principais Leis regulamentadoras desta modalidade de ensino no Brasil, identificando a importância da leitura e da escrita para o público da EJA. No segundo capítulo, refletiu-se sobre a concepção de educação e a importância do ato de ler em Paulo Freire, e buscou-se compreender a leitura como uma prática social, que pode permitir a (re)construção das relações entre realidade e educando. Entende-se que o contato com a leitura, na Educação de Jovens e Adultos, pode permitir que os alunos experimentem diversas leituras de mundo, ultrapassando o ensino do único sentido das letras.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Leitura. Leitura de mundo. Paulo Freire. Pertencimento social.

ABSTRACT

This work aims to reflect on Youth and Adult Education (YAE), especially regarding the importance of reading, which can provide students with the necessary tools that enables (re)connections to their social environment and helps strengthen their social bonds. This bibliographical, qualitative work, founded upon studies related to the matter at hand, resorts to theoretical sources such as scientific articles, academic texts, and books. The main references were, among others, Haddad e Di Pierro (2000), who present elements of the history of YAE; Martins (1984), who brings forward reflections about the process of reading acquisition; and this work's chief theorist, Paulo Freire, who contributes to the concept of education and to the ideas on the importance of reading, in his works, *A importância do ato de ler: três artigos que se completam* (2018) [*The importance of the act of reading: 3 complementary articles*] and *Pedagogia do oprimido* (2018) [existing English translation: *Pedagogy of the oppressed*]. In order to organize the discussion in regards to the act of reading in the YAE, we divided this work in two chapters. In the first one, we contextualized the historical constitution and the principal laws that regulate this modality of teaching in Brazil, identifying the importance of reading and writing in the YAE context. In the second chapter, we reflected upon the concept of education and the importance of reading in Paulo Freire and we sought to understand reading as a social practice that can allow the (re)construction of relations between reality and the student. We find that in Youth and Adult Education the practice of reading can allow students to experiment with multiple ways of reading the world, thus transcending the teaching of a single meaning in words.

Keywords: Youth and Adult Education. Reading. Reading the world. Paulo Freire. Social belonging.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO	15
1.1 A EJA NO CENÁRIO BRASILEIRO: PERCURSO HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS.....	15
1.2 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA PARA A ATRIBUIÇÃO DE NOVOS SENTIDOS PARA O PÚBLICO DA EJA.....	22
CAPÍTULO 2 - A LEITURA E O ALUNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	29
2.1 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER EM PAULO FREIRE.....	29
2.2 LEITURA COMO PRÁTICA DE PERTENCIMENTO SOCIAL: UM PROCESSO DE (RE)CONEXÃO ENTRE A REALIDADE E O EDUCANDO.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos, especialmente a respeito da importância da leitura, que pode proporcionar aos alunos (re)conexões de pertencimento ao mundo social. A aquisição da capacidade de leitura representa um significativo passo no desenvolvimento social e cultural do ser humano. É possível descobrir uma gama de possibilidades que permitem não somente decodificar a língua, mas também expandir o conhecimento do mundo, pois ler não é apenas oralizar um texto. A princípio, o aprendizado da leitura deveria iniciar na infância, no entanto, o contexto educacional brasileiro é marcado por uma relevante quantidade de jovens e adultos que não tiveram acesso ou condições para continuarem os estudos na idade apropriada e, por isso, matriculam-se na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, Parecer nº 11/2000, caracterizam a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino para alunos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica. Inicialmente, o objetivo dessa formação era gerar mão de obra, atendendo as demandas do mercado e do desenvolvimento do país, a partir do modo de produção capitalista. Contudo, as novas práticas educacionais deveriam romper com esses antigos objetivos, proporcionando uma formação integral, com uma educação que os envolva na vida social.

A história da EJA no Brasil é constituída por avanços e retrocessos, ficando em evidência a partir de 1940, quando se apresenta como um problema da educação popular e tema político educacional. Conforme Haddad e Di Pierro (2000), “Após uma atuação fragmentária, localizada e ineficaz durante todo o período colonial, Império e Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo o território nacional” (p. 111). Destacam-se como principais marcos educacionais da Educação de Jovens e Adultos, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, em 1947, a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958.

Em 1963, iniciava o Programa Nacional de Alfabetização, conduzido por Paulo Freire (1921-1997), que visava uma transformação social, mobilizando movimentos para uma educação popular libertadora. Essas iniciativas foram interrompidas com o Golpe Militar de 1964, tendo os ideais freirianos censurados e reprimidos. Mesmo assim, de acordo com Paiva (2003), “O principal teórico da posição, responsável também pela criação do método destinado

a esta ‘educação libertadora’, foi Paulo Freire” (p. 44). Posteriormente, com o propósito de eliminar o analfabetismo no país, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) se apresentou como uma proposta de alfabetização massificada e alienante, sendo extinto em 1985. Segundo Paiva (2003), “Criado pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, o MOBRAL sucedeu a mobilização observada nos meses anteriores em relação ao problema da educação dos adultos” (p. 320).

O grande marco histórico da EJA aconteceu em 1988, com a Constituição Federal, pois a Educação de Jovens e Adultos ganhou uma maior projeção, amparada no artigo nº 208, em que ficou assegurado o direito à educação a todos os que não tiveram acesso ao ensino na idade adequada. Esses direitos foram reiterados através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996, que garante não apenas o ensino, mas propõe a garantia de acesso e permanência, conciliando as necessidades dos jovens e adultos com novas socializações, aprendizagens e interações.

Nesse contexto, a EJA se constitui por um grupo heterogêneo formado por jovens e adultos de diferentes idades, histórias e realidades. Certamente, os motivos que os levaram a buscar o ensino na EJA são diversos, mas possivelmente todos comungam o mesmo desejo de elaborar e reelaborar suas percepções a respeito do mundo, e de se preparar para o mundo do trabalho. Segundo Freire (2018), “E é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções” (p. 128).

Percebe-se que ao fazer uso de recursos como a leitura tem-se a possibilidade de adquirir um enorme crescimento intelectual, assim como novas condições para atuar nas práticas sociais. Em virtude dos ganhos pessoais, faz-se necessário apresentar ao público da EJA a relevância da leitura para sua formação, conforme Freire (2003), apresentar “[...] a compreensão crítica da importância do ato de ler” (p. 11). Em vista disso, justifica-se que a leitura, o ato de ler, pode proporcionar diversas leituras de mundo ao educando, em um processo de descobertas e possibilidades de uma educação de formação libertária. O aluno da EJA, ao iniciar seus estudos, traz consigo uma leitura de mundo, que na concepção de Paulo Freire (2003), “[...] precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (p. 11).

Para que se compreenda as principais reflexões a respeito desta modalidade de ensino, fez-se necessário contextualizar sobre a história da Educação de Jovens e adultos, assim como as Leis que a regulamentam. Foi imprescindível identificar a importância da leitura e escrita

para esse público e refletir sobre a concepção de educação e a importância do ato de ler em Paulo Freire, para que se possa compreender a leitura como uma prática de pertencimento social, que pode possibilitar outras leituras de mundo, em um processo de (re)conexão entre a realidade e o educando. Diante do exposto, as discussões apresentadas, foram divididas em dois capítulos. No primeiro capítulo, realizou-se um recorte apontando os principais marcos históricos e legais da EJA no cenário brasileiro, bem como a importância da leitura e da escrita para esse público. No segundo capítulo, foi apresentada a concepção de educação e a importância do ato de ler em Paulo Freire, e buscou-se compreender a leitura como prática social.

Ressalta-se que este trabalho é elaborado com base em uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. A pesquisa qualitativa trabalha com valores, é intuitiva e, ao mesmo tempo, precisa ser explorada. Para isso, exige-se uma entrega, uma busca de informações, pois segundo Minayo (2002), “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações nas relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p. 22). Assim, as referências teóricas norteadoras deste trabalho estarão embasadas, especialmente, nas obras de Paulo Freire, sendo elas: *A importância do ato de ler: três artigos que se completam* (2003) e *Pedagogia do Oprimido* (2018). Tem-se outras referências complementares, como: Haddad e Di Pierro (2000), Paiva (2003), dentre outros. Percebe-se a necessidade de discutir e pensar academicamente sobre a importância da leitura na Educação de Jovens e Adultos e como os alunos, ainda que tardiamente, podem experimentar através da leitura, diferentes leituras de mundo.

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

1.1 A EJA NO CENÁRIO BRASILEIRO: PERCURSO HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS¹

A história da Educação de Jovens e Adultos deve ser pensada a partir do Brasil Colônia uma vez que aparecem, como primeiras referências, os movimentos de alfabetização dos índios, instrumento de catequização e conversão religiosa desses povos. Em um primeiro momento, a educação esteve fortemente atrelada a preceitos religiosos, mesmo que se tivesse algum interesse em apresentar as letras e, conseqüentemente, a própria cultura portuguesa. A educação era responsabilidade da igreja, e desde 1549, comandada pelos jesuítas que dominaram todo território com a criação de escolas, seminários e colégios. Em 1599 foi criado o *Ratio Studiorum*, um manual que definiria um conjunto de normas para organizar os colégios jesuíticos. As contribuições da educação jesuítica eram refletidas na estrutura social e produtiva daquela época, pois além de ensinar as letras eram repassadas normas de comportamento, assim como ofícios para atender as demandas da Colônia. Saviani (2007) divide a educação colonial em três momentos:

A primeira etapa corresponde ao chamado 'período heróico', que, segundo Luiz Alves de Mattos (1958), abrange de 1549, quando chegaram os primeiros jesuítas, até a morte do padre Manuel da Nóbrega em 1570. Considero, entretanto, mais apropriado estender essa fase até o final do século XVI, quando ocorre a morte de Anchieta, em 1597, e a promulgação do *Ratio Studiorum*, em 1599. A segunda etapa (1599-1759) é marcada pela organização e consolidação da educação jesuítica centrada no *Ratio Studiorum*. A terceira etapa (1759- 1808) corresponde à fase pombalina, que inaugura o segundo período da história das idéias pedagógicas no Brasil (p. 31).

Os jesuítas tomaram frente do ensino até 1759, quando foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal. Com as reformas pombalinas, a estrutura educacional se modificava, deixando de servir exclusivamente a igreja para, a partir de então, a organização do sistema de ensino se colocar mais fortemente a serviço de interesses políticos. O movimento de alfabetização dos indígenas ficou fragilizado, caracterizado por uma educação elementar, e os padres jesuítas se dedicavam a educar a elite dominante. Com a expulsão dos jesuítas, segundo Paiva (2003), "A educação popular dos primeiros tempos, utilizada como instrumento de cristianização e de sedimentação do domínio português, não sobrevive à ação de Pombal" (p.

¹ Diante da extensa história da EJA, realizou-se um recorte apontando os principais marcos históricos e legais desta modalidade de ensino no cenário brasileiro.

63). Em decorrência da substituição do sistema educacional jesuítico ocorreu no Brasil uma desorganização do ensino, levando anos para uma nova reestruturação.

No período Imperial, com a Constituição do Brasil de 1824, no artigo nº 179, ocorreria a primeira conquista como “direito” ao ensino primário gratuito aos adultos. Isso favoreceu a construção da primeira escola noturna em 1854, cujo objetivo era alfabetizar os trabalhadores. Percebe-se que, indiscutivelmente, desde os primórdios, a Educação de Jovens e Adultos exerce um cunho político e social, permeando referências históricas, como em 1878, quando foi instituído o Decreto nº 7.031-A, no qual destacam-se os artigos 4º e 5º:

Art. 4º- Os cursos nocturnos das escolas urbanas começarão a funcionar desde já. Os das escolas suburbanas serão abertos quando o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio determinar, tendo em consideração as circumstancias locais.
Art. 5º- Nos cursos nocturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 annos. As matriculas serão feitas pelos Professores dos cursos em vista de guias passadas pelos respectivos Delegados, os quaes farão nellas as declarações da naturalidade, filiação, idade, profissão e residencia dos matriculandos (BRASIL, 1878).

A educação de adultos, nesse período, era destinada ao sexo masculino, a fim de resolver uma necessidade da época em que se exigia ser alfabetizado para exercer o direito de voto, conforme a Lei Saraiva, criada em 1881. Ou seja, os cursos noturnos serviriam para atender a esse público, uma vez que a incapacidade de saber ler e escrever era vinculada a falta de condição de escolha dos representantes políticos. Em suma, a educação no Império foi destinada a alfabetização de homens, maiores de 14 anos, a fim de que se garantissem um certo grau de instrução para aquisição do direito ao voto.

Na década de 1930, o desenvolvimento urbano-industrial e o surgimento da classe social burguesa no país serviram de forte influência para a expansão do ensino. A educação de adultos veio para suprir a necessidade de atender as demandas do novo mundo do trabalho. Devido a esse contexto histórico, assim como atualmente, a EJA apresenta uma formação voltada para o trabalho, uma vez que se exige cada vez mais mão de obra qualificada. Conforme apresentado na Proposta Curricular para o 1º segmento do Ensino Fundamental, para Ribeiro *et al.* (1997),

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos (p. 19).

Com a Constituição de 1934, que tratava no artigo nº 150 da obrigatoriedade dos adultos no ensino primário integral gratuito, cabia ao Estado colocar em prática o Plano

Nacional de Educação. Segundo Haddad e Di Pierro (2000), esse plano era “[...] fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, determinando de maneira clara as esferas de competência da União, dos estados e municípios em matéria educacional” (p. 110). Mesmo com essas determinações legais a educação de adultos alcançou um marco significativo apenas a partir de 1940.

Foi nesse período em que o país passava por dificuldades de importações, aumentando consideravelmente o processo de industrialização, que cresceu ainda mais a necessidade de mão de obra qualificada e, para isso, o trabalhador deveria ter o mínimo de formação escolar. Segundo Romanelli (1986), com o objetivo de acelerar essa formação, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), por meio do Decreto-Lei nº 4.048, em 22 de janeiro de 1942. Poucos anos depois, foi instituído o Decreto-Lei nº 8.621 e nº 8.622 no dia 10 de janeiro de 1946, em que inaugurava o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Para a autora, “A nova fase de expansão da indústria exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido da preparação da mão-de-obra” (p. 166). Traçava então no Brasil um novo perfil de ensino, surgindo o ensino técnico profissionalizante, com rápida duração e que pretendia atender a população trabalhadora das camadas populares.

O movimento educacional dos jovens e adultos se destacou em 1947 com o início da primeira campanha de educação para adultos, coordenada por Lourenço Filho, e denominada como Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Segundo Paiva (2003), “A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender os apelos da Unesco em favor da educação popular” (p. 206). A CEAA propunha um ensino destinado aos moradores das cidades e aos que viviam nas zonas rurais e não possuíam nenhuma instrução formal, tendo como objetivo apresentar uma melhoria de vida para essa população por meio do desenvolvimento social e econômico. Entretanto, o objetivo político maior era ampliar a base eleitoral, principalmente, dos moradores rurais. Conforme Paiva (2003), “Seu fundamento político, ligado à ampliação das bases eleitorais, se acompanhava das ideias de ‘integração’ como justificação social e de ‘incremento da produção’ como justificação econômica” (p. 207). Essa “integração” contribuiria para a inserção da população que ficou à margem da sociedade, na tentativa de estabelecer uma organização social mais justa e democrática, bem como o combate ao analfabetismo.

A Campanha atingiu alguns marcos significativos, como a produção de materiais didáticos pedagógicos e a criação de diversas escolas supletivas, que contavam com uma ampla infraestrutura para atender as milhares de classes instaladas por todo país. Contudo, a falta de organização resultou no fracasso da Campanha. Para Haddad e Di Pierro (2000), “Reconhecia-

se que a atuação dos educadores de adultos, apesar de organizada como subsistema próprio, reproduzia, de fato, as mesmas ações e características da educação infantil” (p. 112). Além disso, as propostas pedagógicas não atenderam as necessidades dos alunos, pois as aulas possuíam um curto período de duração, finalizando em apenas três meses. A falta de formação dos professores para essa modalidade de ensino e o número de evasões e reprovações dos alunos foram outros problemas observados na CEAA.

Em 1952, após duras críticas à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), com objetivos parecidos aos da CEAA, em que se propunha alfabetizar os moradores do campo, uma vez que ali estaria a maior concentração da população analfabeta. Nesse período, contou-se com o apoio das Missões Rurais e dos Centros de Treinamento, em que eram realizadas capacitações de professores para atuarem nas zonas rurais, fortalecendo a CNER. Executadas por uma liderança comunitária, as atividades propostas nessa Campanha eram bastante diversificadas, alcançando muitos Estados no país, principalmente na região nordeste. Segundo Paiva (2003), “Estas atividades eram dirigidas no sentido da educação de base, da organização de cooperativas, da assistência sanitária, cívica e moral, da introdução e melhoria das técnicas agrícolas” (p. 229). Esperava-se que as ações resolveriam os problemas comunitários e preparariam o homem do interior, gerando maior desenvolvimento para o país, mas essas ações não foram suficientes para tais transformações.

Em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), conforme Paiva (2003), “[...] preocupava-se com a educação popular de crianças e adultos e com a contribuição potencial ao desenvolvimento econômico-social” (p. 243). É interessante destacar que a educação de adultos começava a ganhar um novo prisma, com pensamentos pedagógicos freirianos. Contudo, as campanhas CNER e CNEA pouco se diferenciaram da campanha da CEAA, sendo pouco eficazes pois traziam um ensino superficial, preocupando-se majoritariamente com as bases políticas e, por isso, o caráter essencial da educação ficaria em segundo plano e não se alcançariam notáveis resultados, sendo então extintas.

Nas décadas posteriores, a história da Educação de Jovens e Adultos se constituiria diante de acontecimentos marcantes, como o Programa Nacional de Alfabetização, criado através do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964. O Ministério da Educação e Cultura pretendia alfabetizar jovens e adultos entre 15 e 45 anos, alcançando 8,9% da população, ou seja, 1.834.200 adultos. Porém, o PNA foi implementado apenas como projeto piloto em alguns Estados, sendo extinto em abril do mesmo ano devido o Golpe Militar.

Nesse ínterim, Paulo Freire, um educador brasileiro, nascido no Recife, Pernambuco, reacendeu debates a respeito de temas como educação, alfabetização e leitura. Esteve à frente de programas como o Programa Nacional de Alfabetização, mas com seu breve encerramento não pôde atuar tão efetivamente. Todavia, suas contribuições para a Educação de Jovens e Adultos tiveram uma importância social e histórica. Para ele, a alfabetização se dá por meio de um processo de conscientização, capacitação e libertação dos oprimidos. Pensando na população que não sabia ler e escrever e nas questões sociais desenvolveu um método de alfabetização, no qual utilizava o contexto dos indivíduos para desenvolver seu trabalho. Sua práxis educativa foi reconhecida no Brasil e no exterior e o autor recebeu numerosas homenagens, assim como lhe foi outorgado o título de doutor *Honoris Causa* por vinte e sete universidades. Sobre Paulo Freire, Gadotti (2001) pontua:

O que um educador pode deixar como legado? Em primeiro lugar, pode deixar uma vida, uma biografia. E Paulo nos encantou, em vida, com sua ternura, doçura, carisma e coerência, compromisso e seriedade. Suas palavras e ações foram de luta por um mundo ‘menos feio, malvado e desumano’. Ao lado do amor e da esperança, ele também nos deixa um legado de indignação diante da injustiça (p. 52).

Contudo, na década de 1960, o Golpe Militar de 1964 desmantelou não somente o Programa Nacional de Alfabetização, assim como vários outros programas educativos espalhados por todo país. A educação popular libertadora e conscientizadora defendida por Paulo Freire, que atendia as camadas menos favorecidas, passou a ser reprimida, pois se acreditava que ela apresentava uma forte ameaça à ordem nacional. Conforme Haddad e Di Pierro (2000), “O Estado exercia sua função de coerção, com fins de garantir a ‘normalização’ das relações sociais” (p. 113). Diante disso, nesse período, alguns idealizadores, dirigentes e professores sofreram censura por parte de um Estado extremamente autoritário, sendo presos, torturados, tendo seus direitos políticos cassados ou, até mesmo, os materiais de trabalho apreendidos.

Diante dos ataques a educação, o baixo nível de escolaridade da população passou a se destacar no novo cenário, o que levou à necessidade de criar estratégias para atender ao modelo socioeconômico do regime militar. Assim, em 1967, pela Lei nº 5.379, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que segundo Paiva (2003), surgiria como uma “[...] forma de ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face do AI-5” (p. 346). A intenção era “domesticar” a grande população analfabeta com um ensino voltado apenas aos interesses do governo, vetando os elementos para uma formação crítica e emancipatória, como

era defendida nas ideias de Paulo Freire. A educação ficou estagnada, com poucas ações políticas e pedagógicas, refletindo um ensino vazio e superficial.

Em 1971, foi criado o Ensino Supletivo, que conforme Haddad e Di Pierro (2000), “[...] se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola” (p. 117). A Educação de Jovens e Adultos ganhava, pela primeira vez, um capítulo específico na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/1971, apresentando suas finalidades, estruturas e abrangência, o que foi um grande marco em sua história. Era uma proposta de “educação do futuro”, com uma formação de cunho profissionalizante que tentava acompanhar as modernizações da sociedade, porém, com um estatuto próprio. O Ensino Supletivo não foi incluído no ensino regular.

Entre as décadas de 1940 e 1980, o Brasil movimentou diversas políticas públicas relacionadas a EJA, e mesmo que não tenham ocorrido avanços significativos, surgiram ações e ideias importantes e novas (re)construções a respeito dos jovens e adultos, como serem reconhecidos como sujeitos de direitos, principalmente, à escolarização. A pouca eficácia dos movimentos da Educação de Jovens e Adultos se deu em determinados momentos pela falta de organização e pouca atenção do governo a esse modelo de ensino, reproduzindo por diversas vezes as mesmas ações frustradas em campanhas anteriores.

Somente com a Constituição Federal de 1988, em que ficou assegurado no artigo nº 208 a oferta da educação básica gratuita aos que “não tiveram acesso na idade própria”, a Educação de Jovens e Adultos passou a receber uma maior projeção nacional. Com essa nova concepção da EJA, ficou reconhecido que ofertar a escola básica apenas na idade adequada não era suficiente para atender as demandas da sociedade. Porém, mesmo sendo um direito de todos e dever do Estado, observa-se que nem todos os Estados dispuseram de políticas públicas para garantir o acesso a uma educação gratuita e de direito, deixando de apresentar melhores perspectivas para a educação. Conforme Haddad e Di Pierro (2000), observa-se a “[...] contradição entre a afirmação no plano jurídico do direito formal da população jovem e adulta à educação básica, de um lado, e sua negação pelas políticas públicas concretas, de outro” (p. 119). O que estava definido constitucionalmente teve pouca aplicabilidade nos primeiros anos, mas expressou uma conquista histórica das lutas e movimentos sociais. Deste modo, é importante salientar que a conquista daquele período reflete nos direitos e acesso à Educação de Jovens e Adultos atualmente, assim como é possível observar a permanência das contradições entre direito formal e efetivação de políticas públicas.

Já na década de 1990, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, institucionaliza-se a EJA como uma modalidade de ensino da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio). Conforme descrito no artigo nº 37, seção V, capítulo II: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, vale ressaltar que o ensino desse grupo de alunos possui algumas especificidades, com competências e saberes individualizados. Para que o ensino se efetive deve-se pensar no aluno integralmente, ou seja, desenvolver práticas de alfabetização e aprendizagem que considerem a realidade desses adultos e jovens, geralmente trabalhadores. Assim, a Educação de Jovens e Adultos se torna um recorte da sociedade, pois o ambiente escolar se constitui como um espaço diverso, com representações culturais, históricas e sociais. Conforme Oliveira (2007), o tema “[...] educação de pessoas jovens e adultas não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade cultural” (p. 14). Por diversas vezes as características culturais não são observadas, não percebendo esses sujeitos de cultura como pertencentes a um espaço social. Ao apontá-los como sujeitos abstratos, desconsiderando a capacidade cognitiva dos alunos, o ensino fica fragilizado, podendo ocorrer um maior número de evasões. Sendo assim, é fundamental que essa modalidade de ensino reflita sobre os conceitos de educação para esse público, utilizando conteúdos que abordem a realidade deles.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil apresenta um caminho marcado por limitadas políticas públicas, baixo investimento financeiro e falta de aplicação de recursos para a formação de professores. Esses problemas podem indicar que interesses como promoção individual ou populismo político sobressaem ao verdadeiro sentido da educação e que os problemas dos programas educacionais se estendem por anos, como pode ser observado no momento político atual, sendo necessário resistir ao descaso e a falta de interesse político para com essa modalidade de ensino. Chegar ao século XXI com dados estatísticos apresentando altos índices de analfabetismo, ou seja, pessoas que não dominam nem a leitura e a escrita, tem-se a indicação de que ainda existem desafios éticos, sociais e políticos a serem enfrentados. Desse modo, torna-se importante pensar a respeito das políticas públicas que marcaram e ainda marcam a história da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que nem sempre foram efetivas, pois em alguns momentos o objetivo não era contribuir com a formação intelectual e crítica dos alunos, mas sim atender a alguma demanda social imposta em cada período histórico.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA PARA A ATRIBUIÇÃO DE NOVOS SENTIDOS PARA O PÚBLICO DA EJA

Na medida em que a leitura é para nós iniciadora cujas chaves mágicas abrem no fundo de nós mesmos a porta das moradas onde não saberíamos penetrar, seu papel na nossa vida é salutar (PROUST, 1989, p. 35).

Apesar da educação escolar ser um processo que deveria iniciar na tenra infância, devido à falta de acesso à escola, por questões sociais e políticas públicas, muitos adultos acabam encontrando tardiamente a oportunidade para iniciarem seus estudos. Para Arroyo (2017), “A história da construção do direito ao conhecimento faz parte da tensa história do reconhecimento de que grupos sociais merecem ser reconhecidos sujeitos de direitos” (p. 125). É interessante notar que nem sempre na história da EJA a garantia do direito a escolarização significava a garantia de acesso ao conhecimento. Percebe-se que, as pessoas que não tiveram acesso à educação no período adequado e que foram por muitas décadas rotuladas como incapazes, sob alegação de que não tinham “conhecimento” e “cultura”, continuavam sem desenvolver habilidades básicas, como de leitura e escrita, se apropriando de um ensino elementar. Segundo o autor, “A história da constituição do nosso sistema escolar repete a história colonial-republicana e democrática da reprodução dessas hierarquias sociais, raciais” (p. 126). Diante disso, por meio dos direitos conquistados, a alfabetização dos jovens e adultos precisa ser (re)pensada como possibilitadora de acesso a diferentes tipos de cultura e conhecimentos.

Alfabetizar é apresentar possibilidades para o desenvolvimento de habilidades importantes a fim de promover uma educação escolar que pode ser crítica e emancipadora. Por isso, apresenta-se como um fenômeno social, uma vez que é a base do processo de formação dos alunos durante a escolarização. Segundo Soares (2013), “Torna-se, por isso, aqui, alfabetização em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (p. 20). Porém, alfabetizar não significa apenas ensinar a ler e a escrever o próprio nome, para assim reduzir os números e índices de analfabetismo. É necessário entender em qual sociedade e ações socioculturais esses alfabetizados estão inseridos, pois pensar apenas nas ferramentas necessárias para alfabetizar o indivíduo gera uma tendência a construir um ensino descontextualizado, reducionista e preconceituoso. Conforme a autora “Para um lavrador, a alfabetização é um processo com funções e fins bem diferentes das funções e fins que esse mesmo processo terá para um operário de região urbana” (p. 21).

Esse processo de perceber o aluno em seu contexto social nem sempre ocorre, podendo levar ao fracasso da alfabetização que, por diversas vezes, continua a excluir socialmente esses alunos. Por isso, as instituições educacionais que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos devem considerar não apenas a sociedade grafocêntrica tradicional em que estamos inseridos, mas todo o contexto e conhecimento que pode ser proporcionado por meio do aprendizado da leitura e da escrita. Soares (2013) afirma que “Uma teoria coerente da alfabetização só será possível se a articulação e integração das várias facetas do processo for contextualizada social e culturalmente e iluminada por uma postura política que resgate seu verdadeiro significado” (p. 23). Valorizar o conhecimento dos educandos, como o aprendizado do cotidiano, é um requisito obrigatório no trabalho com os jovens e adultos.

O processo de alfabetização dos alunos da EJA se constrói por meio de uma relação de respeito entre professores e alunos, pois com essa troca de informações e experiências é possível incluir a história de vida e realidade dos estudantes, o que pode facilitar seu desenvolvimento e permanência em sala de aula. Para Martins (1984), “Fundamental é que, conhecendo os limites de sua ação, os educadores repensem na sua prática profissional e passem a agir objetiva e coerentemente em face dos desequilíbrios e desafios que a realidade apresenta” (p. 29). Além disso, é necessário ter atenção aos registros de evasão escolar resultantes de um ensino padronizado, mecânico e corriqueiramente infantilizado. Afinal, é um equívoco tratá-los como “crianças”, uma vez que os jovens e os adultos possuem saberes, concepções e experiências de vida.

A aquisição da leitura e da escrita é um processo de movimentação e construção de novos conhecimentos que permitem transitar por caminhos ainda não percorridos ou (re)visitar e (re)ler trajetos antes não percebidos. Ao escrever um texto ou por meio de leituras, o aluno pode se (re)constituir como sujeito, modificando conceitos de como agir, pensar e sentir, uma vez que o aprendizado “sai do papel”, e pode assim, auxiliar em sua formação escolar e social. Essa experiência se torna complexa em algumas escolas da EJA, visto que existem várias concepções de leitura pautadas em uma educação para o trabalho. Essas, acabam formando alunos submissos, pois não basta ler/decifrar o que está escrito, torna-se necessário ler além das palavras, contrariando um conhecimento moldado, pronto e autoritário. De acordo com Martins (1984), “Se o conceito de leitura está geralmente restrito à decifração da escrita, sua aprendizagem, no entanto liga-se por tradição ao processo de formação global do indivíduo, à sua capacitação para o convívio e atuações social, política, econômica e cultural (p. 22).

Percebe-se que a escola e a sociedade estão interligadas. Por isso a leitura e a escrita são importantes ferramentas para promover a reflexão dos alunos no sentido de serem capazes

de exercer a cidadania dentro e fora da escola e, para que isso ocorra, é necessário superar técnicas de ensino ultrapassadas, apresentando práticas educativas que extrapolem os muros da escola. Para Martins (1984), ainda está presente “[...] a pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender, sem se colocar o porquê, como e para quê, impossibilitando compreender verdadeiramente a função da leitura, o seu papel na vida do indivíduo e da sociedade” (p. 23). Os alunos que ficaram à margem do sistema de ensino por tantos anos precisam participar socialmente de ações concretas, saindo do *status* social excludente de quem não sabe ler e escrever. A leitura e a escrita como emancipação de consciências é um processo contínuo que deve ser repensado, lapidado e desafiado a todo momento na EJA, a fim de que se alcance um maior número de alunos e que idealmente seja para todos.

Nesse sentido, os ganhos educacionais que a EJA pode proporcionar para os alunos são enormes e ultrapassam o simples ato de alfabetizar. Uma das importantes aquisições nesse aprendizado é a leitura. Ler permite dizer sobre a sua própria cultura, estabelecendo significados de vida e para a vida, uma vez que o aprendizado possibilita novos diálogos e relações sociais, construídos por meio de uma educação transformadora. Para Martins (1984), o processo de leitura “[...] envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos [...]” (p. 31). A leitura pode ser capaz de emancipar consciências por meio do alcance de saberes que antes eram limitados e permitindo contemplar diferentes possibilidades que permeiam o contexto social do aluno. Através da leitura, os estudantes da Educação de Jovens e Adultos aprendem a decodificar as palavras, mas é necessário compreender que o ato de ler vai além disto. Martins (1984) sugere que a leitura deve ser pensada de forma mais ampla, “[...] como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano” (p. 30). Durante o processo formativo, eles podem passar a contemplar uma educação de formação libertária, (re)construindo uma relação com o mundo social, transformando-se em sujeitos críticos que refletem sobre sua forma de ser, pensar e agir.

Os alunos da EJA assumem um novo protagonismo em suas histórias por meio das práticas de leitura, podendo se (re)conhecer como sujeitos sociais, uma vez que ela desempenha uma importante função na vida desses novos leitores. A importância da leitura se dá não somente pelo ato de ler, mas pelo que ocorre após o ato de ler, ou seja, quando o sujeito é capaz de discutir o que leu, contestar, aceitar ou não as informações e construir seu próprio pensamento. Segundo Silva (1985), “[...] o processo de leitura apresenta-se como uma atividade que possibilita a participação do homem na vida em sociedade, em termos de compreensão do

presente e passado e em termos de possibilidades de transformação cultural” (p. 22). A leitura é uma aquisição cultural que permeia diferentes campos da vida humana, interferindo em aspectos sociais, culturais, psicológicos e pedagógicos de quem a acessa. Essas experiências que os sujeitos adquirem por meio do aprender a ler podem se transformar em novos conhecimentos, por isso é interessante fornecer momentos de ações e reflexões para os alunos ao longo desse processo. Nesse sentido, percebe-se que a EJA desempenha um papel fundamental na formação, contribuindo com a ampliação do conhecimento, o que pode ser sinônimo de mudança para os que acessam essa modalidade de ensino.

Entende-se que a leitura é um processo dinâmico que pode levar o leitor a compreender outras realidades antes não percebidas, bem como a se relacionar com o mundo enxergando novos ambientes de cultura, conforme mencionado. Nota-se que a EJA tem sua história marcada pelas dificuldades enfrentadas por seus alunos e, para que eles consigam perceber os novos caminhos fornecidos por meio da leitura, é necessário primeiro que o estudante seja percebido. Ao ser privado por tantos anos do mundo letrado e, de certa forma, excluído da sociedade, sentimentos como inferioridade, incapacidade e vergonha, acabam presentes em uma sala de aula da EJA, gerando assim uma grande desmotivação em relação aos estudos. É preciso pensar sobre suas realidades, para que o estudante seja incentivado e valorizado a partir de suas experiências, levando-o a refletir sobre sua própria história. Segundo Gadotti (2003),

A Educação é necessária para a sobrevivência do ser humano. Para que ele não precise inventar tudo de novo, necessita apropriar-se da cultura, do que a humanidade já produziu. Educar é também aproximar o ser humano do que a humanidade produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais decisivo numa sociedade baseada no conhecimento (p. 47).

Por isso, o princípio básico da educação é o desenvolvimento integral do aluno, inclusive, demonstrando que ele pode contribuir para seu aprendizado. A busca pela leitura é uma busca por uma certa autonomia, uma vez que as palavras/letras fazem parte do cotidiano social e, por mais que aprender a ler seja uma atividade complexa, percebe-se o empenho e esforço desses alunos em superarem suas dificuldades. A aquisição da leitura proporciona condições básicas para as pessoas realizarem atividades que antes eram pouco prováveis, como verificar o horário de tomar um remédio e saber sua dosagem correta, ou até mesmo ler o preço do quilo de uma carne no panfleto do açougue. É interessante pensar que o aprendizado na vida prática dessas pessoas pode gerar um impacto positivo, incentivando-os na busca por novos saberes, podendo relacionar o contexto de vida com sua formação, desenvolvendo novas práticas sociais.

O ensino da leitura deve ser observado na EJA, pois em muitas instituições esse aprendizado tem sido falho, amparado por práticas que não propõem ao aluno condições globais para o seu processo de conhecimento, mantendo-o de forma passiva diante dos textos. O aluno deve estar preparado para ler textos formais em sala de aula, assim como conseguir estabelecer conexões com sua realidade. Por isso, a construção do sentido para esse aluno deve permear as discussões em que o aprendizado da leitura seja uma ação cognitiva e social, e assim, ao aprender a ler, ele possa acessar com facilidade os bens culturais disponíveis na sociedade e que antes eram inacessíveis ou pouco explorados. Conforme Cafiero (2005),

Entender a leitura como processo de construção de sentidos significa dizer que quando alguém lê um texto não está apenas realizando uma tradução literal daquilo que o autor do texto quer significar, mas que está produzindo sentidos, em um contexto concreto de comunicação, a partir do material escrito que o autor fornece (p. 9).

A Educação de Jovens e Adultos deve proporcionar a quem procura essa modalidade de ensino o desenvolvimento das competências necessárias em relação a aprendizagem dos conteúdos e, principalmente, ampliar sua capacidade de atuação social, levando-o a exercer seu papel de cidadão do mundo. Ao considerarmos o homem como um ser social, percebe-se que a educação de jovens e adultos, na modalidade EJA, deve ser realizada por meio de uma visão emancipadora, aberta ao aprendizado e a novas descobertas. Muitos adultos que não possuem instrução formal não conseguem ter a dimensão das consequências do fato de não saberem ler e escrever, tornando-se um grupo excluído da sociedade e convivendo constantemente com a sensação de fracasso. Arroyo (2005) pontua que “Os lugares sociais a eles reservados – marginais, oprimidos, excluídos, empregáveis, miseráveis... – têm condicionado o lugar reservado a sua educação no conjunto das políticas oficiais” (p. 221). Por isso, é de imenso valor reconhecer na história da EJA os movimentos populares, que vão na contramão da exclusão, mostrando que as adversidades pessoais e sociais que permeiam a vida dos alunos devem ser superadas com a busca do acesso ao conhecimento e conquista de uma maior autonomia. Segundo o mesmo autor, “A educação popular, a EJA e os princípios e as concepções que as inspiraram na década de sessenta continuam tão atuais em tempos de exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela vida” (p. 223). Essa realidade excludente e tão complexa deve ser superada, podendo ser observada por meio das contribuições que o acesso à alfabetização e à leitura, apresenta a esses jovens e adultos.

Na tese “Práticas de leitura na Educação de Jovens e Adultos: da vida para a escola e da escola para vida”, Cavalcante (2017) realizou entrevistas com estudantes da EJA, destacando a importância da leitura em suas práticas sociais. O trabalho foi realizado em duas escolas que não foram citadas nominalmente durante a pesquisa, a fim de preservar o anonimato. Nelas, os

alunos externaram a necessidade de reconhecimento social, como por exemplo, na fala da aluna Marlene (nome citado na tese): “Aprender a ler para ser gente! (...) eu não sou gente, não! Eu sou um bicho do mato, que não sabe ler, não sabe escrever. Eu voltei para escola, porque quero ser gente!” (p. 195). Outra importante função da leitura, observada nas entrevistas, é a capacidade de proporcionar autonomia aos alunos para realização de atividades cotidianas, como disse Edilene (nome citado na tese): “Porque meu sonho é ainda aprender a ler as minhas coisas [...] ir ao comércio e ler; olhar pra coisas e ler; pegar um ônibus, sozinha, sem perguntar para ninguém. Eu leio pouco, mas já estou conseguindo” (p. 195).

Observa-se na história da Educação de Jovens e Adultos que uma grande parcela de pessoas procura estudar para ter o mínimo de conhecimento e desenvoltura em seu trabalho, como por exemplo, o trabalhador do campo que precisa operar máquinas, cuja atividade anteriormente era realizada por meio de um trabalho braçal. São vários motivos eleitos pelos alunos da EJA para que iniciem os estudos nessa modalidade de ensino, mas após iniciarem as aulas e, gradativamente, superarem seus medos, esses alunos podem perceber o quanto é singular para eles acessarem esses novos conhecimentos.

Conforme as Diretrizes Curriculares para a EJA, no parecer CNE/CEB nº 11/2000, a alfabetização de adultos pode contemplar o ser humano de forma integral, com três principais funções: 1 - reparadora, no sentido de permitir o acesso à educação; 2 - equalizadora, com oportunidades iguais e acessíveis para os alunos; e, 3 - qualificadora, pois fornece um aprendizado capaz de desenvolver nos alunos aspectos como a reflexão e a criticidade, auxiliando em suas ações do cotidiano e sua formação moral. Ao evidenciar as principais funções da EJA, propostas no Parecer, entende-se a intencionalidade de romper com a característica histórica de uma formação aligeirada e precarizada, colocando o aluno como ponto central nesse processo, contrapondo-se aos movimentos excludentes e desiguais tão expressivos nessa modalidade de ensino. Esse conhecimento disponível aos alunos da EJA pode levá-los a transcender o simples objetivo de obter um diploma ou uma escolaridade, uma vez que durante a formação eles são apresentados a novos saberes que podem contribuir para uma mudança de/no mundo, em busca de uma sociedade mais letrada, atuante e inclusiva. O Parecer destaca o acesso a um direito negado, na tentativa de garantir uma educação como direito (BRASIL, 2000).

Percebe-se que apesar da Educação de Jovens e Adultos ter sido e continuar sendo negligenciada ao longo dos anos é necessário mobilizar toda sociedade para combater o analfabetismo. Mesmo com o amparo legal, a EJA continua sendo em muitos locais uma mera reprodução do ensino regular, não se atentando às especificidades desse público e se baseando

em concepções equivocadas e estereotipadas. Dessa forma, a EJA tem esquecido da verdadeira essência dessa formação e das propostas pedagógicas. Segundo Arroyo (2005),

A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, sem horizonte. Pode ser um retrocesso encobrir essa realidade brutal sob nomes mais nossos, de nosso discurso como escolares, como pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, discriminados, empregáveis...Esses nomes escolares deixam de fora dimensões de sua condição humana que são fundamentais para as experiências de educação (p. 223).

Perceber os sujeitos que constituem a EJA, traçando um olhar para sua condição humana, sua pluralidade e o contexto social em que estão inseridos, é o ponto de partida para a garantia de acesso aos seus direitos. A Educação de Jovens e Adultos se constitui de um público heterogêneo, com idades diferentes, sendo uma grande parcela de alunos oriundos da zona rural, outros que vão direto do trabalho para a escola, enfrentando seus limites pessoais diariamente para chegarem à sala de aula e buscarem a oportunidade de aprenderem a ler e escrever. O desejo de conquistar “uma vida melhor” ou a necessidade de se inserir no mercado de trabalho são pontos marcantes na realidade desses alunos. Conforme Arroyo (2005) “As riquíssimas experiências da Educação de Jovens e Adultos que na atualidade continuam se debatendo com essas inquietações merecem ser respeitadas, legitimadas e assumidas como formas públicas de garantir o direito público dos excluídos à educação” (p. 230). Por isso, além da garantia de uma educação como direito e pública, é preciso atentar aos anseios dessas pessoas, questionando-as sobre quais são suas expectativas e necessidades, pois quando essas questões estão claras, os saberes e habilidades que os alunos buscam com a escolarização ficam em evidência no ensino, indo ao encontro de suas reais expectativas.

A busca por novos conhecimentos é capaz de mudar não somente o indivíduo e sua história, mas todo o meio no qual ele está inserido. A alfabetização e a aquisição da leitura podem proporcionar aos sujeitos uma consciência de suas responsabilidades e, principalmente, de seus direitos. Esses sujeitos poderão ser capazes de interpretar não somente textos, uma vez que se tornarão capazes de ler o mundo. Ao estabelecer novas conexões, a relação do homem com o mundo se modifica. Por isso é tão importante essa busca em adquirir acesso à alfabetização e à leitura, uma vez que esta é uma prática social que permite novas vivências. A leitura, nessa modalidade de ensino, pode se apresentar como uma ferramenta de transformação social e combate ao analfabetismo, conseqüentemente, às desigualdades e injustiças.

CAPÍTULO 2 - A LEITURA E O ALUNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER EM PAULO FREIRE

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (FREIRE, 2000, p. 67).

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) sempre se preocupou com uma educação voltada para formação integral do homem, para que eles se reconheçam como sujeitos. Suas obras evidenciam a importância da cultura no processo educativo, formativo e alfabetizador, por isso, acreditava ser necessário refletir sobre a sociedade e a própria vida humana, apontando para uma formação democrática, para a cidadania e, nesse sentido, a educação se torna uma ferramenta fundamental para a transformação da sociedade. Para além disso, Freire (2000) desejava que a educação transformasse os educandos, estimulando a independência e a autonomia, valorizando o conhecimento prévio e as reais necessidades de cada um deles, libertando-os de suas vulnerabilidades. Freire deixou seu legado como educador e grande mestre, contribuindo com diferentes campos do conhecimento. Por isso, urge revisitá-lo ao discutir sobre educação e a importância do ato de ler, pois são temas que foram discutidos por esse grande educador.

Pensar a respeito da concepção de educação, com Paulo Freire, remete a uma educação humanizadora e emancipatória, por meio da elaboração de um pensamento crítico e libertário. Seus escritos trazem reflexões sobre a educação a partir de diferentes perspectivas. No que tange à educação formal, destaca-se a crítica a “educação bancária” na qual “[...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2018, p. 80). É como se os conteúdos fossem “depositados” em “vasilhas”, que guardam os conteúdos recebidos, pois nessa concepção de ensino, segundo o autor, “Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem” (p. 80). Nesse modelo de educação, o diálogo não é estabelecido e o educando aprende a não questionar, pois não é possível realizar críticas ou se posicionar a respeito dos temas estudados, uma vez que o ensino é autoritário, marcado por uma educação opressora.

Em contrapartida a esse modelo de educação, tem-se a “educação libertadora”, que conscientiza, prima pela autonomia e, ao mesmo tempo, constitui-se mediante a interação e processos dialógicos, pois para Freire (2018) “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas

na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (p. 108). Nota-se que o autor denuncia a concepção de educação bancária, utilizada desde os primórdios, como na educação jesuítica, marcada por um ensino com repetição e memorização. Ao mesmo tempo, apresenta uma nova pedagogia, sendo um modelo de educação libertadora, pautada no diálogo, no qual aceitam-se dúvidas e sugestões, com a possibilidade de lutar contra imposições sociais, como a desigualdade e o analfabetismo.

Refletir a respeito da concepção de educação significa pensar sobre o ser humano, pois para Freire (1979),

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem [...] comecemos por pensar sobre nós mesmos e tratemos de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se submete o processo de educação. Qual seria este núcleo palpável a partir de nossa própria experiência existencial? Este núcleo seria o inacabamento ou a inconclusão do homem (p. 27).

A educação em seu amplo sentido deve ser entendida como um processo de humanização, pois não se limita a um termo institucional marcado pelo processo de ensino-aprendizagem, assim como não se reduz ao conceito de “medir” o nível de cortesia ou civilidade dos indivíduos. Devido a multiplicidade conceitual dessa palavra, deve-se destacar que, em síntese, educar é “trans-formar”, por meio das reais possibilidades, o ser humano, que em sua complexidade se constitui por meio das relações sociais. Nessa relação homem-mundo, a própria incompletude ou inacabamento do homem é que faz com que a educação tenha um real sentido: o de sair da acomodação, da dependência, experienciando novos conhecimentos (FREIRE, 1979).

Pensando na educação escolar, Freire (2018) retira o foco dos conteúdos e centraliza suas ações educativas nos sujeitos. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, a principal preocupação é levar os educandos a “[...] inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens” (p. 251). Por isso, a educação libertadora tem um caráter humanista, que poderia libertar os oprimidos por meio de ações que valorizem o saber científico e racional, ao mesmo tempo em que está articulada com a prática pedagógica. Desse modo, dentro do contexto educacional da EJA, para que essa educação libertadora se efetive, o aluno não pode ser um mero receptor e reproduzidor de conteúdos, mas sim ter a oportunidade de ser o protagonista no seu processo de aprendizagem, libertando-se de uma formação não significativa.

Indubitavelmente, a educação na concepção freiriana remete à interação entre os sujeitos. Como destaca o autor, “[...] ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se

educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2018, p. 96). É muito questionador quando o processo educacional se resume ao simples ato de depositar conteúdos, uma vez que é necessário desenvolver uma relação de confiança, marcada pelo diálogo, entre professores e alunos, para que o aprendizado se efetive. O aluno inquieto, questionador, muitas vezes é recebido com estranheza na sala de aula tanto pelo professor quanto por seus colegas, pois muitos deles tem a concepção bancária estabelecida e se recusam a romper com esse modelo de ensino.

Na educação como prática da liberdade não é fundamental a posição hierárquica de quem ensina e de quem aprende, até porque, segundo Freire (2018) “[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado [...]” (p. 95). Essa troca de saberes para a construção de uma consciência crítica deve ser desenvolvida com “amorosidade”, pois para o autor, “[...] onde quer que estejam estes oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da sua libertação” (p. 111). O diálogo constante entre professor e aluno pode oferecer um aprendizado mútuo, superando a domesticação, já que enquanto o professor ensina, de forma a problematizar seus conteúdos, estará em constante aprendizado.

A educação tradicional, pautada em um ensino pouco reflexivo, necessita ser substituída por um ensino libertador, sendo urgente apresentar ferramentas que atendam as demandas dos alunos, com orientações favoráveis a uma participação democrática na vida social. A educação não pode ser vista como um mero assistencialismo, pois é necessário avançar na construção de uma consciência crítica, mais humana e livre. O diálogo se constitui como peça fundamental para acessar as necessidades deste novo tempo, pois segundo Freire (2018) “Com a palavra o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume, conscientemente sua essencial condição humana” (p. 17). Dessa forma, entende-se que a palavra no ambiente educacional e nas relações sociais é um importante instrumento para o homem externalizar seu conhecimento, interpretações e entendimento do seu próprio mundo e do mundo que o cerca.

A educação necessita ser pensada com intencionalidade, a fim de propor desafios e possibilitar que homens e mulheres se tornem livres, pois quando recebem apoio ou motivação, que permite o reconhecimento de suas potencialidades, podem restaurar seus sonhos, anseios e possibilidades. As conquistas do público da Educação de Jovens de Adultos por meio das práticas educativas reforçam a necessidade de continuar efetivando propostas para o avanço dessa modalidade de ensino e, conseqüentemente, dos ganhos sociais e pessoais dos estudantes. Um exemplo a ser observado na EJA é por meio da leitura, pois o aluno pode se tornar leitor e apresentar um maior engajamento a respeito de sua vida, como por exemplo, em suas práticas

sociais, desvendando novos horizontes. Por isso, é necessário atentar nesse processo formativo para a importância do ato de ler, tema que foi discutido amplamente por Freire (2003).

Na obra *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*, Freire (2003) faz um breve resumo de sua infância, apresentando sua leitura de mundo quando criança. Para o educador, faz-se necessário realizar uma leitura crítica do mundo e das palavras, a fim de se obter uma educação transformadora. Segundo Freire (2003), “[...] a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala” (p. 17). Nesse sentido, o autor acreditava que o homem não deveria apenas viver no mundo, mas estar no mundo, sendo capaz de criticar, interagir e decidir, pois é um ser de relações, marcado pelo diálogo, interrogações e autoconhecimento.

É notório o quanto a leitura pode proporcionar, por meio de uma formação libertadora, um processo de (re)conexão entre a realidade e o educando, gerando uma gama de possibilidades e reflexões sobre quem ele é, mas acima de tudo, de quem ele pretende se tornar. Diante desse contexto, a leitura é compreendida como uma prática de pertencimento social, apresentando-se como um importante passo para transformações pessoais e sociais. Percebe-se que, segundo Freire (2001),

Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante. Ninguém lê ou estuda autenticamente se não assume, diante do texto ou do objeto da curiosidade a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecer em que se acha. Ler é procurar buscar criar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino correto da leitura e da escrita. É que ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação (p. 261).

Neste sentido, a leitura proporciona um conhecimento que envolve pensamento, interpretação e compreensão, além da riqueza de novas descobertas. Paralelo a esse movimento ocorre a construção e desconstrução da realidade em que o educando está envolvido, o que pode permiti-lo adquirir a possibilidade de uma nova visão em suas relações interpessoais.

A partir da perspectiva freiriana, retoma-se a Educação de Jovens e Adultos pensando que o ato de ler está para além das palavras. No processo formativo dos educandos não é suficiente apresentar apenas livros ou recomendar uma determinada quantidade de leitura, uma vez que realizar a leitura de mundo em consonância com a leitura da palavra é fundamental para atingir uma educação libertária. Segundo Freire (1996) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (p. 47). Sendo assim, a leitura no sentido reflexivo é capaz de fornecer elementos em que o

educando possa (re)construir sua relação com o mundo social, estabelecendo novas conexões com o outro e consigo mesmo.

A leitura, o ato de ler, possibilita essa interação social, uma vez que os textos, os diversos autores e suas histórias trazem elementos importantes para construção e reflexão do sujeito e podem fomentar a criticidade. Quando privado desse aprendizado, as consequências podem ser acompanhadas de frustrações pessoais, como baixa autoestima; e sociais, pois acabam fortalecendo as desigualdades e aumentando os índices de analfabetismo no país, conforme mencionado. Segundo Freire (2000),

O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo (p. 102).

Descodificar as palavras por meio do ato de ler pode implicar em um processo de mudança, no qual o aluno reconhece e decifra outras formas de ser e estar no mundo, estabelecendo novas relações lógicas. Desta forma, a alfabetização contempla elementos do cotidiano e de sua realidade social, fornecendo consideráveis passos para a construção de significados, pois antes de ler as letras, o aluno experiencia a leitura de mundo pela leitura das palavras. Segundo Freire (2018), a construção do conhecimento deve partir de palavras geradoras, retiradas do cotidiano dos educandos. Por isso, o autor afirma:

Estas palavras são chamadas geradoras porque, através da combinação de seus elementos básicos, propiciam a formação de outras. Como palavras do universo vocabular do alfabetizando, são significações constituídas ou re-constituídas em comportamentos seus, que configuram situações existenciais ou, dentro delas, se configuram. Representativos das respectivas situações, que, da experiência vivida do alfabetizando, passam para o mundo dos objetos. O alfabetizando ganha distância para ver sua experiência: 'ad-mirar'. Nesse instante, começa a descodificar (FREIRE, 2018, p. 14).

O maior exemplo no que se refere a essas palavras tão representativas se deu na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. No ano de 1963, Freire, juntamente com outros educadores, realizou um trabalho de alfabetização com 300 adultos. Esse fato se tornou emblemático por ter sido realizado em apenas 40 horas, mas sabe-se que para torná-lo possível a experiência e os estudos freirianos foram fundamentais. Nota-se que foram utilizadas palavras geradoras, tendo uma preocupação para que as aulas partissem da realidade das domésticas, dos operários, dos pedreiros, dos artesãos, das lavadeiras, enfim, de toda a heterogeneidade dessa classe popular. As propostas para Angicos não estavam embasadas em cartilhas, mas sim em uma alfabetização ativa, pois segundo Freire (1967) não era permitido o uso de “[...] lições que

falam de Eva viu a uva, a homens e mulheres que às vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram uvas” (p. 104).

O processo de alfabetização e conscientização desses trabalhadores se dava por meio dos “círculos de cultura”, que funcionavam em substituição das tradicionais salas de aula. Em geral, eram salas pequenas e, por diversas vezes, iluminadas por candeeiros, e, mesmo diante da precariedade da estrutura física, a experiência coletiva de Angicos faz parte da história da EJA pela notória capacidade de modificar, transformar, construir e reconstruir novos sentidos para aquele povo em um curto espaço de tempo. Conforme Freire (1967), “[...] pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade. Num trabalho com que tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que alfabetizássemos” (p. 103-104). Havia uma preocupação em proporcionar, por meio da aquisição da leitura, uma ruptura do abismo que existia entre eles e o mundo, para que assim, segundo o autor, o homem pudesse “[...] não apenas estar no mundo, mas com ele” (p. 104).

A experiência vivenciada no ato de ler deve possibilitar um novo olhar frente ao processo de ensino aprendizagem. Por isso, é fundamental perceber que durante as práticas de ensino deve-se considerar que o aluno, de certo modo, já sabe “ler o mundo”, mesmo que ainda não saiba ler as palavras. A partir desse entendimento, fornecer palavras geradoras ao longo da aprendizagem significa utilizar situações que abordem o universo deles e, assim, a leitura se torna um processo que começa antes de ler o texto, seguindo para além dele.

A importância do ato de ler é amplamente discutida quando se trata da Educação de Jovens e Adultos. Contudo, apesar do notório crescimento intelectual e das possibilidades estabelecidas entre homem/mundo que podem ser conquistadas com a leitura, percebe-se que não existe uma preocupação com a frequência da leitura, após a aquisição prática dela. O ato de ler fica vinculado as necessidades do dia a dia, esquecendo-se da importância da leitura, que segundo Freire (2003), “[...] implica sempre percepção crítica, interpretação e ‘re-escrita’ do lido” (p. 21). As pessoas acabam se tornando leitores passivos, perdendo sua criticidade e capacidade reflexiva, justificados pela falta de hábito, de tempo e, até mesmo, de compreensão da leitura.

Ler é uma habilidade que se desenvolve lendo, por isso, as práticas de leitura, pautadas nos anseios e inquietações dos alunos, devem ser incentivadas no espaço escolar para que posteriormente os alunos possam continuar estabelecendo relações em seu cotidiano. Para Freire (1981) “Se for capaz de escrever minha palavra, estarei de certa forma transformando o mundo. O ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de mim. Implica na relação que

eu tenho com esse mundo” (p. 34). Por isso, a importância do ato de ler deve estar clara quando pensamos em uma educação emancipadora e, principalmente, libertadora, pois é um processo contínuo e não apenas uma etapa da vida.

Diante das discussões apontadas, percebe-se a importância de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos. Uma educação que inicialmente era voltada para o trabalho, marcada por atender as demandas industriais do país, definindo um padrão de ensino que visava formar sujeitos, antes sem nenhuma instrução, para então reproduzir o que era necessário para o trabalho, sem desenvolver a criticidade sobre o que estavam fazendo. As reflexões e propostas freirianas eram voltadas a superar esse modelo de ensino que transmitia um saber pronto e acabado. Sua principal missão era preparar cidadãos críticos, pois assim conseguiriam aprofundar seus conhecimentos e agir conscientemente frente as situações da vida. A partir dessa mudança de pensamento sobre a educação de jovens e adultos, na perspectiva freiriana, nota-se que a EJA, como modalidade educativa, necessita de uma própria identidade, pois os alunos trazem consigo experiências de vida e demandas educativas específicas. Assim, Freire (2018) propõe uma educação conscientizadora, por meio do “[...] diálogo crítico e libertador” (p. 72).

2.2 LEITURA COMO PRÁTICA DE PERTENCIMENTO SOCIAL: UM PROCESSO DE (RE)CONEXÃO ENTRE A REALIDADE E O EDUCANDO

A vida em sociedade é marcada pela (inter)relação entre os sujeitos que a compõe. Cada ser humano é único, mas é por meio dessa interação, relação e convívio social que ele se constitui como ser singular. As transformações do mundo e do homem só serão possíveis mediante as experiências vividas a partir da troca estabelecida entre “homem-mundo”. Segundo Freire (1967), “A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a” (p. 43). Por ser um ser de relações e tendo consciência de sua condição de inacabado, o processo de educar-se está relacionado a sua humanização. Tornar-se humano parece uma tarefa simples, mas sabe-se também que isso se dá a partir de determinadas condições de privilégio para determinados grupos sociais. Essa subjetividade do homem é estabelecida no âmbito familiar, nos círculos de amizades, na rotina do trabalho e nas diversas relações sociais, porém ela pode ser silenciada e amedrontada nessa sociedade “democrática e humanizada”.

Nota-se que por diferentes motivos muitos se tornam submissos nessas relações, e acabam deixando de realizar sua própria leitura de mundo. Freire (1967) pontua a importância da “[...] necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época” (p. 44). Apesar dos diferentes contextos históricos, a necessidade de estar no mundo poderá aflorar a busca por uma formação crítica, com intencionalidade. O sujeito deve se perceber em sua individualidade, tomando consciência de suas possibilidades e responsabilidades, mas ao mesmo tempo refletir sobre a coletividade, situando-se no mundo que está inserido e que o constitui. No que se refere aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, percebe-se que a aquisição da leitura pode auxiliar na apropriação desses novos conhecimentos, desenvolvendo práticas sociais que ultrapassem as experiências cotidianas, como seres conscientes de seu tempo e de seu espaço.

Inegavelmente, a EJA deve realizar um trabalho de conscientização, em que o aluno compreenda seu papel diante da realidade social e sua relação com o mundo, bem como sua formação social, histórica e cultural, constituindo-se como um ser de potencialidades, de criatividade e de liberdade. Segundo Freire (2018), “Até o momento em que os oprimidos não tomam consciência das razões de seu estado de opressão, ‘aceitam’ fatalisticamente a sua exploração” (p. 71). É interessante notar que existe uma linha tênue entre a opressão e a libertação no processo histórico-social da EJA. Conforme mencionado no primeiro capítulo, a opressão foi utilizada em momentos pontuais da história, como ferramenta para atender a elite dominante, por exemplo, em 1881, com a criação da Lei Saraiva em que era exigido ser alfabetizado para votar. Diante dessa necessidade, a finalidade de libertá-los de sua atual condição opressora foi substituída por uma demanda política da época.

Ao conhecer sua realidade, apropriando-se dela, o aluno pode pensar em como modificá-la, pois terá acesso a uma nova leitura interpretativa da realidade. Nesse sentido, Freire (1967) ressalta, em sua práxis educativa, a necessidade de apresentar ao educando sua posição no mundo, para que deixe de ser passivo para se tornar agente transformador de si mesmo. Para o autor,

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma ‘elite’ que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se (FREIRE, 1967, p. 43).

Ao se posicionar frente a sua realidade, o homem vai contra o fluxo dos comportamentos enraizados que estão presentes na sociedade. Essas concepções são repassadas de forma mitológica por décadas e acabam sendo naturalizadas, impedindo seu desenvolvimento. A desumanização, presente em uma sociedade fechada e sem diálogo, reproduz homens acríticos. Para que seja possível desenvolver uma consciência crítica e emancipadora, propõe-se mais do que somente apresentar os significados das palavras. O processo educativo é um elemento importante nessa busca do ser autônomo e pode acontecer por meio da leitura e da alfabetização, que trazem a possibilidade de libertar os homens oprimidos dessa sociedade massificada. Para isso, deve-se pensar em como libertar o oprimido, pois a luta precisa ser em favor dele.

O adulto reflexivo, que pergunta e se inquieta, começa a desenvolver um olhar analítico para as questões que estão postas como verdade, saindo do mundo da neutralidade, para se aprofundar criticamente no porquê ou para quê das coisas e fatos. Para Freire (1967), “A sua grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga [...]” (p. 42). Ao experienciar os sentidos e emoções dessa possível nova realidade criada na construção e constituição das relações humanas, as palavras são preenchidas por novos significados, desenraizando-se das experiências dominantes para se (re)descobrir e, assim, superar o conflito entre o “velho” e o “novo”.

No que diz respeito a alfabetização de adultos, Freire (2003) pontua: “[...] parece interessante reafirmar que sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador” (p. 19). Pensar nesse ato político e criador envolve um processo de conscientização dos sujeitos, que poderá ser favorecido por meio de conteúdos que atendam a realidade dessa modalidade de ensino. Por isso, é equivocado imaginar que a alfabetização dos jovens e adultos seja realizada apenas com materiais didáticos ou cartilhas padronizadas. O ato criador deve partir do próprio alfabetizando, de forma que não anule o vínculo com sua história, pois não se educa apenas com o texto escrito, utilizando materiais prontos, descontextualizados, em que o aluno não estabelece relações entre o que está lendo e a sua vida.

Para o desenvolvimento da autonomia e de uma consciência crítica é necessário construir diversas possibilidades de leitura, permitindo que os homens realizem suas “leituras de mundo” em um processo dinâmico, a partir das experiências cotidianas. O ato de ler deve estar relacionado com a realidade ao aprofundar aspectos como decodificação da língua e da gramática, sempre questionando-a. Segundo Freire (2018), “Distanciando-se de seu mundo

vivido, problematizando-o, ‘descodificando-o’ criticamente, no mesmo movimento da consciência o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência” (p. 20). As (re)construções que surgem a partir da leitura podem, de certo modo, redimensionar conceitos previamente estabelecidos. Por isso, o aluno/leitor poderá ser conduzido a experimentar novas leituras de mundo, em um processo contínuo de apropriação da realidade, assim como refletir acerca dessas novas experiências, conforme mencionado.

O processo formativo na Educação de Jovens e Adultos, no que diz respeito a leitura como uma prática de pertencimento social, deve buscar uma dimensão social, voltada para o olhar dos alunos. Nessa perspectiva, a democratização do acesso aos direitos conquistados, como leitura e escrita, só terá sentido se eles reconhecerem seu estado de opressão, e a partir daí refletir sobre a sua necessidade de conscientização. Segundo Freire (1967), “A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem” (p. 81). É necessário evidenciar uma educação que priorize o diálogo e a reflexão, buscando um saber sistematizado, mas não robotizado, que possivelmente poderá potencializar o processo de conscientização desses alunos.

Pode-se destacar três marcos principais/iniciais da leitura de mundo para os alunos da EJA, uma vez que essa leitura está em constante movimento ao longo da vida. No primeiro momento, observa-se que a leitura de mundo pode se referir as suas experiências anteriores ao processo de alfabetização, constituída por situações que marcaram sua história e que, de certo modo, formaram seus conceitos e visões acerca do mundo. Ao adentrar no “mundo escolar”, aquela primeira leitura de mundo tende a se modificar em uma segunda durante sua alfabetização, passando por um processo de transição, pois o aluno utiliza seus conhecimentos prévios para adquirir novas aprendizagens. A partir desse momento, uma terceira leitura de mundo é experimentada ao se apropriar da leitura e da escrita, e assim novas formas de conhecimento vão compondo sua história. Aos poucos, ele pode deixar de ler o mundo a partir daquela perspectiva inicial para realizar uma nova leitura de mundo, tomando consciência de suas possibilidades como ser social e de direitos. Nesse sentido, a EJA pode contribuir para construção de uma nova leitura de mundo, como explicita Freire (2003), pois quando se aprende a ler o mundo pode ser possível pensar em sua transformação. A educação parte dos conhecimentos prévios dos alunos para que estes, aos poucos, acessem novos conhecimentos que vão se estruturando ao longo de sua formação.

Entende-se que na sociedade atual a leitura e a escrita têm desempenhado um importante papel nas relações sociais. Por isso a EJA, assim como outras modalidades de

ensino, deveria ter uma formação educacional voltada para a prática social e a aprendizagem da leitura, podendo conduzir os alunos a uma efetiva atuação no mundo letrado, como mencionado. Ressalta-se que a (re)descoberta dessa prática social não deveria se perder ao longo das vivências cotidianas, levando os alunos a perceberem a importância e a necessidade do estudo em um mundo globalizado. Por diversos motivos, nem sempre eles são envolvidos nas práticas de leitura e, conseqüentemente, nas práticas democráticas. Segundo Freire (2003), “O fato de ele [o educando] necessitar de ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem” (p. 19). Não basta apenas ensinar um novo saber, é preciso apresentar ferramentas para que o aluno desenvolva seu processo criativo, com significados e inquietações.

A leitura, o ato de ler, constitui-se como um ato de produção humana que reúne conhecimento científico e a realidade do aluno. De fato, por meio dela, pode-se vivenciar e experimentar o mundo pelas lentes da cultura, da sociedade, da família, mas compreendendo que o ato de ler engloba uma outra perspectiva de democracia vivenciada nesses espaços. Freire (2003) considera que “Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e contexto” (p. 11). Entender o texto a partir do contexto, para Freire (2003), torna-se uma ferramenta vinculada ao ato de ler e de escrever, mas, mais do que isso, envolve o sujeito que lê e escreve. A interpretação das linhas/palavras deve passar por significados diante do mundo concreto, demarcando as ideologias e as práticas dos sujeitos, uma vez que elas não se dão no campo da neutralidade. A leitura do texto/contexto deve ser estabelecida de forma crítica, sem conclusões padronizadas ou tendenciosas.

É por meio dessas relações que a EJA se apresenta como um sistema educacional popular que propõe a movimentação de uma classe socialmente excluída, possibilitando que os aprendizados, como a leitura, levem os alunos para além de uma simples educação bancária, como critica Freire (2018). Em tese, o processo de formação do leitor deveria incluir não apenas o aluno, pois seria ideal que envolvesse a sociedade e o meio político, com políticas públicas favoráveis, e os professores, com uma formação voltada para a humanização. Ao experienciar essa formação humanizadora, os educandos estariam atrelados à leitura de mundo, e não apenas à leitura da palavra. A EJA, então, cumpriria com seu papel histórico e imprescindível para tantas pessoas, mesmo que uma grande parcela desse público ainda esteja fora das salas de aula, sem acesso ao que lhes é de direito.

A atuação docente tem contribuído significativamente para que o aluno se envolva no universo letrado e se situe frente as mudanças constantes da sociedade contemporânea, que é repleta de informações e modernizações. Para acompanhar esse ritmo de desenvolvimento, o papel do professor no universo educacional tem evidenciado grandes avanços na formação dos alunos da EJA, que são desafiados a perceberem a sua cidadania, investirem em sua autoestima e participarem da sociedade em que vivem. Esses profissionais também são desafiados ao longo de suas práticas educativas, necessitando de constante revisão de suas concepções, conceitos e, acima de tudo, quebra de paradigmas, pois segundo Freire (2018), “A educação autêntica, repetamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo” (p. 116). Ao atuarem como mediadores de um saber crítico, necessitam criar e recriar alternativas pedagógicas adequadas para esse público, garantindo um aprendizado satisfatório. É importante buscar soluções e alternativas que “driblem” as suas limitações no ambiente escolar, na tentativa de pensar a precariedade das condições de ensino, as limitações e desvalorização de sua atuação, assim como dessa modalidade de ensino, evidenciando a importância do seu papel e de sua profissão.

A Educação de Jovens e Adultos tem como um de seus objetivos ressignificar a história dos alunos, tentando promover a superação das desigualdades históricas e sociais vivenciadas por eles. Ao mesmo tempo, existe uma grande preocupação em superar problemas que acompanham a história da EJA, como a resistência à educação bancária. Assim, quando reproduzem esse tipo de educação, acabam cedendo aos interesses sociais e culturais da classe dominante, ou seja, reproduzem um ensino acrítico, sem liberdade e criatividade. Contudo, deve-se exaltar a importância do processo educativo na conscientização dos alunos, pois mesmo com suas contradições, este ainda é fundamental para que eles acessem seus direitos e se percebam como cidadãos de direitos. Segundo Freire (2018),

O que temos a fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, na sua situação existencial básica, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação (p. 120).

A EJA tem um importante papel nesse processo de transformação político social, servindo como um espaço de conhecimento e descoberta. Por meio dela é possível dar voz as classes populares para que elas possam encontrar a liberdade, saindo da invisibilidade social, passando a ter voz ativa em suas relações sociais. A leitura, tem essa função, de provocar novos pensamentos e reflexões sobre ideias e situações, e pode permitir que as pessoas se comuniquem com sentido e consciência de seu papel nessa “nova” sociedade que está frente a eles. Essa apropriação da leitura não pode ser limitadora, servindo apenas do ponto de vista pedagógico,

pois deve permitir a busca por uma formação humana em sua integralidade. Para Freire (2018), isso só será possível se o educando for o centro do processo educativo, pois “Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase ‘coisas’, com eles estabelece uma relação dialógica permanente” (p. 77), enfatizando um saber para a vida e, se possível, que seja para atuar em uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises históricas e sociais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil realizadas ao longo deste estudo bibliográfico, evidencia-se que essa modalidade de ensino sempre foi palco de grandes lutas e interesses sociais. Dentre elas, destacam-se as Campanhas Educacionais que buscavam a garantia de acesso ao direito à educação para as pessoas que não sabiam ler e escrever, colaborando para a diminuição do analfabetismo, bem como a formação por parte do Estado de mão de obra especializada para o mercado de trabalho. Ao refletir sobre esse percurso histórico de lutas, nota-se que as contradições entre o direito formal e a efetivação de políticas públicas sempre fizeram parte desta sociedade caracterizada pela negação dos direitos sociais. Na contemporaneidade, a EJA continua buscando (re)descobrir novos sentidos para seu público, que é marcado por alunos jovens, adultos e idosos que possuem metas, histórias de vida, sonhos e expectativas de um futuro melhor, além de buscarem uma qualificação profissional.

Mesmo frente aos desejos e anseios pessoais, percebe-se que, na realidade, por diversas vezes, o retorno dos alunos à vida escolar tem sido motivado pelas dificuldades de se inserir e permanecer no mundo do trabalho formal. Como foi exposto na entrevista realizada por Cavalcante (2017) e observado na fala da aluna Isa (nome citado na tese): “Estudar para conseguir um trabalho bom, com carteira assinada e ter segurança” (p. 196). Nessa perspectiva, constata-se que, frequentemente, a EJA tem apresentado um modelo de ensino que pretende substituir a educação básica por um ensino profissionalizante, partindo da concepção de uma educação compensatória e bancária. Diferente disso, para Freire (2018), deve-se centralizar as ações educativas nos sujeitos e não apenas nos conteúdos. Pois, apesar da existência desse público trabalhador nas salas de aula, não é possível apenas produzir conhecimentos voltado para a instrumentalização do trabalho, mesmo que a necessidade de trabalhar exerça uma função primordial em suas vidas.

É necessário priorizar um ensino que forneça a compreensão geral da vida social, levando o aluno a realizar a construção de sua identidade, assim como compreender seus processos subjetivos. Dessa forma, os fatores históricos e contextuais poderão produzir um sentimento de pertencimento social, que é uma necessidade básica e universal, conquistada por meio das interações sociais, conectando pensamentos, ações e emoções. Esse pertencimento está atrelado a democracia e ao reconhecimento de direitos que permitem apropriar e questionar as próprias possibilidades e impossibilidades de sua participação na sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos deve revelar seu caráter inclusivo e social, a fim de que os alunos se percebam como cidadãos. A rotina diária e até mesmo as dificuldades na aprendizagem colaboram para um alto número de evasão e, conseqüentemente, os distanciam dos seus direitos, devido à falta de políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e continuidade de seus estudos. Para tentar romper com essas barreiras, é fundamental a construção de práticas sociais que (re)signifiquem a história dos alunos, pois é preciso acreditar nas potencialidades humanas. Afinal, a grande maioria dos alunos chegam na EJA com o objetivo prático de se preparar para o mundo do trabalho, mas quando passam a compreender as possibilidades que a educação lhes apresenta podem acabar construindo uma consciência crítica, mais humana e livre, experimentando muito além de uma simples qualificação.

As diferentes leituras de mundo apresentadas neste trabalho reforçam a importância da aquisição da leitura das palavras para o público da EJA, mas acima de tudo, evidenciam a necessidade de ultrapassarem o ensino do único sentido das letras. Como ressalta Freire (2018), “[...] não conservar e repetir a palavra dita, mas dizê-la com a força reflexiva que sua autonomia lhe dá – a força ingênita que a faz instauradora do mundo da consciência, criadora da cultura” (p. 27-28). Dessa forma, o poder da palavra/leitura em transformar e criar está para além de um modelo padronizado por uma modalidade de ensino, mas se concretiza com uma pedagogia para a libertação. Esse deveria ser o principal sentido formativo da EJA: romper com as estruturas opressoras, a fim de proporcionar um caráter humanista e libertador, permitindo a (re)construção das relações desses alunos com o mundo social.

As discussões a respeito do processo formativo na Educação de Jovens e Adultos, assim como especificamente sobre a importância da leitura como uma prática social não se esgotam neste estudo. É necessário buscas e leituras sobre essa temática, para que sejam produzidos novos conhecimentos partindo dessa relação entre a leitura e os estudantes da EJA e como estes, ainda que tardiamente, podem experimentar através da leitura, diferentes leituras de mundo. Evidenciar o sentido vivo, produtivo e histórico por meio dos conhecimentos científicos é salutar para essa sociedade que necessita refletir e superar o modelo de ensino ainda pautado na imposição, no autoritarismo e na educação opressora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: **Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília, DF:UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Decreto nº. 7031 de 6 de setembro de 1878**; Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 de jan. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**; Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 27 de jan. 2022.

CAFIERO, Delaine. **Leitura como processo**: Caderno do Professor. Coleção Alfabetização e Letramento. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

CAVALCANTE, Maria José Gomes. **Práticas de Leitura na Educação de Jovens e Adultos**: da vida para a escola e da escola para a vida. 2017. Tese (Doutorado em Pós Graduação em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31170>. Acesso em: 26 de out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura**. Campinas, nov. de 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Editora Unesp 2ª edição revista, 2002.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. 45 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

- FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 42, p. 259-268, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9805>. Acesso em: 8 de fev. 2022.
- GADOTTI, Moacir. Prólogo: el proyecto utópico de Freire. In. LENS, J. L. **Paulo Freire: su práxis pedagógicas como sistema**. Buenos Aires, Argentina: Yagüe Ediciones, 2001.
- GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Resvale, 2003.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-194, maio/jun./jul., 2000.
- MARTINS, Maria Helena Franco. **O que é leitura**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MINAYO, Maria Cecília Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OLIVEIRA, Marta Khol. **Educação como Exercício de Diversidade**. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil: educação popular e Educação de Adultos**. São Paulo, SP: Edições Loyola. 6ª edição: outubro 2003.
- PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Trad. Carlos Vogt. Campinas: Pontes, 1989.
- RIBEIRO, Vera Maria Masagão et al. **Educação de Jovens e Adultos: Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo/Brasília: Ação Educativa; MEC, 1997.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8ª edição. Petrópolis, Vozes. 1986.
- SAVIANI, Dermerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura e realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SOARES, Magda Becker. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 19–24, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1358>. Acesso em: 6 fev. 2022.